

Posseiros do Córrego da Onça: luta e resistência em Itapuranga – 1970-80¹

Valtuir Moreira da Silva²

O presente artigo procura discutir e apresentar a história de 32 famílias de trabalhadores rurais que iniciaram uma disputa jurídica e de enfrentamento com o fazendeiro Aureliano José Caiado – conhecido como Fiote Caiado. A fazenda tinha a denominação de Maria Alves e fica 10 km distante da cidade de Itapuranga. Os embates aconteceram na década de 1970 e início dos anos de 1980.

O resultado final da pesquisa se tornou parte da dissertação de mestrado apresentado na Universidade Federal de Goiás, defendida no ano de 2000. Apresentamos, agora, ao público alguns resultados importantes que nos dá a visibilidade de como esses trabalhadores, na época posseiros, conseguiram ficar na terra que viviam há mais de 30 anos, trabalhando e cultivando-a.

Pensar que a questão da luta pela terra no Brasil, especificamente em Goiás é uma preocupação de nossa contemporaneidade não se justifica, pois esta questão já fora debatida e negada por muitos, o que nos mostram que não é possível negar um processo histórico e uma ação política dos trabalhadores rurais. Para comprovar, basta olhar e analisar a luta pela terra nos tempos coloniais, imperiais e republicanos.

¹ O debate do artigo foi parte de um Grupo de Trabalho apresentado na Anpuh-GO, no ano de 2000. As conclusões fizeram parte do trabalho de dissertação apresentado na UFG, no departamento de Pós-graduação, sob a orientação do Professor Dr. Elio Garcia Duarte.

² Doutorando em história pela UNB, Mestre em história pela UFG, professor do Departamento de História da UEG-Itapuranga e autor do livro paradigmático: *História Agrária em Goiás*.

Interessa-nos conhecer as evidências que marcaram a história dos trabalhadores rurais e perceber o verdadeiro significado de tais ações. Estas mobilizações aconteceram em meio à articulação da Diocese de Goiás, que a partir de 1969, com as ações pastorais de d. Tomás Balduino passa a apoiar e fazer um trabalho de mediação na luta dos trabalhadores rurais.

Neste momento, a luta pela terra em Itapuranga, passa a ter um aliado a mais, devido às diretrizes que norteavam a ação pastoral da Diocese de Goiás serem os preceitos da Teologia da Libertação, que nessa região, eram voltados para o homem do campo. Em relação à mediação do sindicato dos trabalhadores rurais, esta se inicia a partir de 1975, momento em que a oposição sindical, tendo como objetivo lutar contra o peleguismo³ que imperava em quase todos os STR do Estado, conseguiu assumir o controle e as diretrizes do STRI.

Iokoi dá-nos uma idéia de como a Igreja Católica passou a atuar nos conflitos no campo, destacando o seguinte,

Foi, entretanto, paradoxalmente, pela ação e apoio de inúmeros grupos das Igrejas que a reversão desse quadro pôde começar a se instituir, permitindo nova compreensão da realidade brasileira que procura estabelecer a crítica radical das versões oficiais dos conflitos no campo.⁴

É nesse contexto que “32 famílias, cerca de 210 pessoas entre adultos e crianças”⁵ foram ameaçadas de serem expulsas da terra, mesmo com alguns trabalhadores vivendo há mais de 30 anos do trabalho efetivo na terra. A *expropriação* da terra ficou evidenciada pelas manobras e pressões vindas do fazendeiro para que os posseiros deixassem a terra.

A história da ocupação das terras em Itapuranga dá-se em meio ao desenvolvimento da Marcha para o Oeste,

³ Este termo foi muito usado para identificar as pessoas que faziam parte dos sindicatos, mas atuando conforme as exigências do Estado e das legislações constitucionais.

⁴ IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 71.

⁵ *O Libertador*. Boletim informativo do STRI, edição extraordinária, do dia 05/10/80.

criada por Getúlio Vargas, com forte caracterização a partir do final dos anos de 1940. Na maioria, estas famílias migrantes, vinham com o sonho de conseguirem terras e nelas se constituírem, tentando fugir do processo de expropriação da terra no Estado de Minas Gerais.

Porém, ao chegarem em Goiás os sonhos viram pesadelos. A ilusão de terras farta e de fácil acesso não se concretiza, pois em muitos casos estas famílias passam a viver em propriedades que não eram deles, tornando-se agregados, meeiros e/ou arrendatários.

Tão intensas foi a luta e organização em Itapuranga que Jadir Pessoa considera que a disputa pela terra na Fazenda Córrego da Onça, serviu como

o início do aprendizado. É que as ocupações da Fazenda Estiva/São João do Bugre e da Fazenda Mosquito, que aconteceram logo em seguida, foram puxadas pelos trabalhadores rurais de Itapuranga, mobilizados pelo STR, pela Igreja local e pela CPT.⁶

Em suma, a luta dos trabalhadores rurais foi a primeira experiência de resistência contra a expulsão deste da terra. Constata-se então que tal embate abriu precedentes para futuras lutas em prol da distribuição de terras, por interesse social, que se intensificaram em nosso Estado, logo após estes acontecimentos.

Em meio a este contexto histórico de repressão, estes trabalhadores procuram levar adiante o seu projeto de lutar e resistir pela terra. Estas documentações dão informações interessantes, confirmando o contexto de repressão ao qual viviam estes agentes sociais. Nesta documentação oficial, da igreja, Estado e sindicato, podemos encontrar informações referentes ao máximo cuidado das autoridades locais em relação aos movimentos de “comunistas” em toda a região. Encontram-se também documentos que mostram que o governo estava preocupado com possíveis mobilizações populares.

Um documento significativo deste estado de repressão,

⁶ PESSOA, Jadir de Moraes. *A revanche Camponesa*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1998, 88.

aos quais estava submetido o Brasil naquele momento foi datado do dia 08 de agosto de 1967, onde a PM-2 solicitava aos Delegados de Polícia e Cmt. Destacamentos que tomaram cuidado com possíveis articulações de grupos comunistas nesta região. Este documento solicitava que fosse informado em caráter

Urgentíssimo os seguintes dados:

- 1 – Se há conveniência de pessoas estranhas a essa cidade, principalmente de estudantes;
- 2 – Verifique em caráter sigiloso de ordem do Sr. Coronel Comandante Geral se há possibilidade congresso subversivo mencionado pessoal.
- 3 – Se há ou houve aglomeração suspeita ou trânsito intensivo de veículo nessa localidade.⁷

A luta contra a expulsão da terra na Fazenda Córrego da Onça está inserida em um contexto de forte repressão às mobilizações populares. Momento em que os trabalhadores rurais, juntamente com o apoio de grupos mediadores, passam a resistir para permanecerem na terra.

A história de expropriação da terra teve início em 1973, quando Aureliano José Caiado entrou com uma ação possessória reivindicando as terras onde viviam essas 32 famílias. As famílias foram pressionadas para deixarem suas terras, aonde plantavam e retiravam alimentos para seus familiares. A terra em litígio tinha cento e sessenta e sete alqueires.

O Boletim informativo do STRI dá-nos uma idéia de como Fiote requereu a posse da terra utilizando-se de uma ação possessória impetrada na justiça, alegando estar requerendo uma terra que já era sua por direito. conforme informa o boletim:

Em conseqüência de uma demanda na justiça, iniciada ainda no ano de 1973, Aureliano José Caiado (Fiote), requereu a execução da sentença que lhe foi favorável em todos os sentidos. No dia cinco do mês de agosto próximo passado, por determinação do Juiz de Direito foi expedido, em favor do referido fazendeiro, o mandado de emissão de posse e

⁷ Documento da Polícia Militar Cia. Independente Araguaia. Informe nº 2/67, de 08/08/67.

entregue ao oficial de justiça para ser cumprido. Isto significava que a partir daquela data, a qualquer momento, os posseiros poderiam ser arrancados de suas posses e trazidos à força para as ruas desta cidade. (...).⁸

A história do Brasil se confunde com a manutenção da grande propriedade. Como atesta as legislações elaboradas, principalmente, com a Lei de Terras de 1850, onde os pobres foram marginalizados de conseguir um pedaço de terra, dando margem para aqueles que já tinham terras usurpar mais a terra. Silva nos informa que “em outras palavras, a Lei de Terras daria as condições jurídicas para que a terra viesse a se tornar uma mercadoria aceitável nas transações entre credores e fazendeiros”.⁹

Pensando de acordo com os pressupostos da Lei de Terras, é que Fiote Caiado passa a reivindicar a terra onde viviam as famílias de posseiros. Sobre isso, Antônio Tavares nos informa que,

Com relação à propriedade, a propriedade do Fiote Caiado era legal, não havia nenhuma maracutaia, não havia nenhuma ilegalidade, com relação ao título de propriedade. Título legítimo, a procedência legítima, aquilo ali foi adquirido por herança da esposa dele, não era dele, veio por herança, da d. Antônia, esposa do Fiote. Tudo legal e registrado em cartório. Agora, o que ocorria era que se tratava de um latifúndio improdutivo, só isso. E quando ela adquiriu aquela área por herança do pai, aquela área estava cheia de posseiros.¹⁰

Do outro lado da história, constatamos através da vida do Sr. Manuel Lopes, hoje falecido, que estas famílias faziam a terra produzir. No momento em que iniciaram as ameaças de expropriação, em 1973, esse já estava vivendo e trabalhando na terra há mais de 30 anos. Manuel Lopes narra a sua trajetória de vida no município de Itapuranga, quando nesta época ainda era conhecida como Xixá. Este nos diz

⁸ *O Libertador*. Boletim informativo do STRI, edição extraordinária, do dia 05/10/80.

⁹ SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. São Paulo: editora da UNICAMP, 1996, p. 137.

¹⁰ Entrevista com Antônio Tavares, advogado que acompanhou a luta na Fazenda Maria Alves, posteriormente assessor jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, realizada no dia 12/09/00.

que:

Eu é que levei a primeira madeira pra fazer a primeira capelinha do Xixá. O padre pediu pra levar madeira, e eu tirei muita aroeira lavrada de 30 centímetros de quina viva, no meu carro de boi. Não tinha estrada, não senhor. A gente ia abrindo caminho de facão, no meio daquela mata de espinho, só vendo. Pois é, Xixá pra mim é menino.¹¹

O Boletim do Sindicato dos Trabalhadores Rurais informa que na fazenda Maria Alves as famílias viviam lá há muito tempo, alguns há trinta anos, sempre ameaçados pelo grande fazendeiro – Fiote Caiado – que possui grandes fazendas e vem fazendo o possível para tomar as terras dos posseiros.¹²

Durante o período em que a ação possessória estava sendo julgada, os posseiros procuraram criar um ambiente de resistência e luta para na terra permanecerem. Para isto, mesmo em meio ao medo e tensão de serem despejados do imóvel e ver seus sonhos serem destruídos, os trabalhadores rurais constituíram um advogado para defendê-los.

A história desse advogado confunde-se com a expropriação da terra. O advogado constituído pelos trabalhadores rurais foi o Sr. Warner Carlos Prestes, que em 1980, elegeu-se prefeito de Itapuranga. Segundo as evidências, utilizando-se da situação para promover-se eleitoralmente junto àquelas famílias que estavam sendo expropriadas de suas terras. Mesmo se não foi, este trabalhou melhor para o fazendeiro que para os posseiros, pois não pediu na justiça o usucapião da terra, mas, sim, a indenização pelas benfeitorias que existiam na terra. Documentos atestam essa constatação:

Os posseiros, sabendo de seus direitos, ajustam o advogado Warner Carlos prestes para defende-los. (...) O advogado abusou da simplicidade e confiança dos posseiros e advogou a favor de “Fiote Caiado”. Em vez de fazer o processo requerendo o direito a terra por usucapião, requereu

¹¹ Entrevista concedida ao jornal *Opção*, do dia 09/10/80.

¹² *Boletim informativo do STR*, nº 03, do dia 25 de julho de 1980.

indenização pelas benfeitorias, avaliando-as num total de Cr\$ 250.000,00 para as 32 famílias, sendo que havia benfeitorias de uma só posse no valor de Cr\$ 40.000,00.¹³

Diante do estado de tensão e medo que se instalou na fazenda, as 32 famílias passaram a vivenciar momentos que até então não tinham presenciado. Razão pela qual, d. Preta, moradora da fazenda desde criança e hoje, vivendo na terra, nos diz que

o povo amedrontava nós de mais, não, eise já vem e a homaida voltava corria, e corria e ia vigia lá no ponto, na entrada nê. E as muiê ca nê, naquele medo danado, que safôco cum medo dos home lá nê, só vendo. Não tinha sussego não, nem pra drumi.¹⁴

Leia-se a depoimento do Sr. Cândido de Barros, que era posseiro naquela época, em entrevista ao *Jornal Opção*: O Fiote queria me dar Cr\$ 10 mil 300 de indenização. E a ordem de despejo provava como tudo foi feito errado. Lá dizia que eu morava na fazenda Cana Miúda, que é a propriedade do Fiote em Goiás Velho. Mas como podia ser, seu eu nasci, me criei e sempre vivi aqui na beira do Canastra? O Fiote não tem um palmo de terra na beira do Canastra. A ordem nem fala em beira do Canastra. O próprio juiz reconheceu isso, mas mesmo assim ele não voltou atrás.¹⁵

Pessoa¹⁶ analisa que as famílias que vieram para Goiás já sofriam um processo de exclusão, iniciada em outros Estados ou regiões. Portanto, lutar pela terra já era uma condicionante para estes sujeitos sociais, que já vivenciavam este processo de exclusão herdado de seus pais e, que fora transferido para estes. Criando uma memória de exclusão, surgindo daí os focos de resistências.

D. Maria afirma que, “se nós fosse retirado da terra nós não tinha lugar pra ir não. Ninguém aqui tinha lugar pra ir, ia fica na rua memo, depois tinha que tomar uma

¹³ *Boletim da Diocese de Goiás*, ano XIII, n° 110, 1980.

¹⁴ Entrevista com D. Preta é uma das filhas do Sr. José Lopes, o mais antigo morador da fazenda.

¹⁵ Entrevista de Cândido Barros, no *Jornal Opção* do dia 09/10/80.

¹⁶ PESSOA, *A Revanche Camponesa...*

dicisão, onde ia fincá o rancho nê (risadas). Esse pessoal que vivia nesta fazenda ninguém tinha pra onde ir não.¹⁷

Martins mostra que esta migração devido à expropriação de terra vem acentuando a cada dia. Afirma que,

Dados oficiosos indicam que há hoje no país cerca de 40 milhões de migrantes, muitos dos quais obrigados a sair do seu lugar de origem devido principalmente à concentração da propriedade da terra, à extensão das pastagens e à transformação nas relações de trabalho na lavoura.¹⁸

Migrar para outra região seria uma saída para os trabalhadores rurais expulsos da terra. Mas, estes homens e mulheres da Fazenda Maria Alves aproveitaram-se da ajuda de pessoas ligadas à Diocese de Goiás e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para fazer frente à expropriação da terra. Construindo a partir deste momento, uma intensa mobilização para a permanência destas famílias na terra.

De 1975 até 1980, período no qual os posseiros foram se inteirando da situação jurídica da terra, organizaram-se as primeiras resistências em relação às pressões que estas famílias estavam sofrendo por parte do fazendeiro.

Em meio aos vários anos de trabalho na terra, os posseiros criaram uma identidade com os vizinhos, através da ajuda mútua que existia. Mas também havia problemas como o da invasão de porcos em uma lavoura de milho ou mandioca, o que causou um mal estar nestas relações. Portanto, estas relações não podem ser entendidas somente como de vizinhos e parceiros que se ajudam, mas também de famílias com problemas de relacionamento.

No entanto, nas entrevistas nota-se que existe um saudosismo. Saudade dos mutirões e bailes, momentos estes de interações sociais importantes para estas famílias. Antonio Cândido¹⁹, nos dá uma compreensão maior sobre

¹⁷ Entrevista com d. Maria, esposa do Sr. João Lopes, filha de José Lopes.

¹⁸ MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1991, p. 45.

¹⁹ CÂNDIDO Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

estes laços que passam a unir estes trabalhadores rurais em sua comunidade.

As primeiras evidências de resistência dos trabalhadores rurais da fazenda Maria Alves aparecem diante das pressões sofridas a partir de meados dos anos 1970. Mas, mesmo com a resistência, estas pressões surtiram alguns efeitos imediatos em algumas famílias que saíram da terra com medo do que poderia vir acontecer com eles. D. Santana faz referência à fuga de um companheiro que não resistiu à pressão e mudou-se da terra.

O Fiote estendeu arame por esse mundo a baixo. Passó aquela aramera, aí o povo pegó rancó tudo, sei que qui esse povo fêis desse arame não. Rancó tudo e, largó pelo mato memo. Passó , passó uns tempinho quando é fé entró, lá vem ele de novo fêis outra barraca ali de novo, ai disse: que era prá tirar memo o povo nê, mais foi um safôco danado, aquele Bastião Jorge morava lá na serra coitado, veinho, arcadinho pegó foi embora la prá Itapuranga, o povo ficou cum medo, queria correr tudo, largar as casas nê, Padre Isacc veio aqui muitas veis²⁰.

Estas pressões não param por aí, pois era muito comum o Fiote conversar com alguns posseiros ou vizinhos destes, afirmando que a polícia poderia chegar a qualquer momento e retirar-los à força da terra. Criava-se um ambiente de terror e medo entre as famílias que viviam na fazenda.

D. Maria, afirma que

a homaida não tinha sussego e nós ia fazê almoço era muito tarde. Que os home saia tudo à noite e, nós ficava naquele medo. O povo amendrontava nós de mais: não, eise já é vem e homaida voltava corria e corria e ia vigia lá no ponto, na entrada nê. E as muiê cá nê, naquele medo danado, que safoco cum medo dos home lá nê, só vendo. Não tinha sussego não, nem pra drumi.²¹

Uma outra tática usada por Fiote Caiado, para forçar a saída dos posseiros da terra foi mostrar documentos de escritura ou de impostos pagos ao INCRA. No entanto, esta

²⁰ Entrevista com d. Santana, filha de Manuel Lopes.

²¹ Entrevista com d. Maria, esposa de João Lopes.

tática foi questionada pelas famílias, pois, em muitos casos as famílias que ali viviam pagavam o imposto territorial ao INCRA há vários anos. Assim, posseiros levaram estes documentos durante audiência com o Juiz da Comarca de Itapuranga, tentando mostrar que estes já eram donos da terra.

O Jornal Diário da Manhã fez um registro interessante deste fato,

Cândido de Barros, 53 anos, nascido no local e que ali criou 11 filhos. Desesperado, ele começou a chorar quando contou que cultivou durante todo o tempo a terra, e que agora o ameaçam de se retirar, jogar fora todas suas coisas e derrubar seus 100 pés de laranjas e bananas. Tem seis alqueires de terra e mostrou, como todos outros, os comprovantes de que paga anualmente impostos ao Incra.²²

O resultado das pressões de Fiote sobre as famílias não surtiu o efeito desejado. Haja vista, a maioria das famílias permaneceu em suas glebas resistindo às pressões que constantemente estavam recebendo. Mesmo em meio a tais pressões do fazendeiro e da própria opinião pública, as 32 famílias, com aproximadamente 210 pessoas, tomam a decisão de resistir e lutar pela terra.

Nestas primeiras contendas Fiote Caiado requeria a terra e propunha fazer o pagamento pelas benfeitorias que tinham sido edificadas dentro da terra, oferecendo valores irrisórios para os trabalhadores. Razão pela qual, o fazendeiro depositou em juízo a quantia de Cr\$ 250.000,00 para pagar as edificações feitas pelas famílias.

O Boletim da Diocese denunciou esta manobra afirmando que “hoje o processo já cumpriu o seu curso, ‘Fiote Caiado’ já depositou o dinheiro conforme foi calculado em 1975, sem juros nem correção monetária. Os posseiros estão sem saber a quem recorrer, pois já recorreram à justiça e essa os enganou”.²³

Veja-se pelo que foi exposto acima, que o Fiote Caiado não queria pagar as benfeitorias, mas dar uma indenização

²² *Diário da Manhã*, de 17 de agosto de 1980, p. 13.

²³ *Boletim da Diocese de Goiás*, ano XIII, nº 10, agosto de 1980.

àqueles que tinha edificado algo nestas terras. Os trabalhadores, orientados por um novo advogado, Antonio Tavares, recusaram a proposta e resolveram organizar o movimento de resistências de expropriação da Fazenda Maria Alves.

Se nos primeiros anos de luta estes trabalhadores rurais tiveram que organizar a luta e resistir à expulsão da terra, a partir do final dos anos 1970 e início dos 1980, estes passaram a ter a ajuda da Diocese de Goiás e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI). Entendendo-se que a luta neste momento, passa a ser travada no sentido de provocar um debate em toda a sociedade estadual e local sobre os problemas destes trabalhadores.

A partir deste momento a luta pela terra na fazenda Maria Alves será conhecida não somente no município, mas em todo o país e quiçá na América Latina. Notícias estas que passam a ser veiculadas nos jornais de circulação estadual e nacional. Estes passam a ter um papel importante na condução da luta e na resolução do problema destas 32 famílias.

Servindo-se destas ajudas os posseiros e seus colaboradores procuraram mobilizar e levar o movimento ao conhecimento do Presidente da República, do Governador do Estado, da Fetaeg, Contag e de políticos do Estado. Através de cartas, ofícios, entrevistas em jornais e boletins do sindicato e da Diocese de Goiás estes esclareceram por quais razões de estavam lutando pela terra. Nestes documentos estavam expostas as situações às quais se encontravam as famílias de posseiros, bem como, cobravam as providências necessárias para a solução desta “peleja”.

Após a ida dos trabalhadores à Assembléia, o deputado Línio de Paiva, do Partido dos Trabalhadores, procurou expressar estas agressões com um pronunciamento no dia 30 de agosto de 1980 na tribuna da Assembléia Legislativa do Estado, mostrando as violências sofridas pelos posseiros da fazenda Maria Alves. Segundo o Diário da Manhã, Línio de Paiva assumiu a tribuna da Assembléia Legislativa “para denunciar violências praticadas contra posseiros na cidade

de Itapuranga. No sítio Maria Alves, cerca de 32 famílias estão sendo ameaçadas de despejo, via judiciária, apesar de residirem na propriedade há mais de 40 anos.”²⁴

A Contag também estava a par da situação da fazenda “Maria Alves”, pois em ofício o STRI mostrava as dificuldades encontradas pelos trabalhadores de permanecerem na terra e pedia apoio para solucionar a questão.

Desta forma, pelo que ficou relatado, solicitamos aos companheiros da Contag todo o apoio e proteção a estes trabalhadores sem terra ora ameaçados pela força. Solicitamos do Departamento Jurídico dessa entidade sindical de grau superior, estudar o problema e verificar a possibilidade de enquadrá-lo nos dispositivos do Decreto-Lei nº 554 de 25/04/69.²⁵

No dia 26 de setembro de 1980, os trabalhadores rurais prepararam um documento e o enviaram ao Presidente da República, João Batista de O. Figueiredo, em anexo enviaram um abaixo assinado com 1039 assinaturas. Neste documento procuraram evidenciar os problemas, pelos quais, estavam passando as famílias de trabalhadores rurais da Fazenda Maria Alves. Assim, estes denunciaram que

O mandado de imissão na posse já foi expedido pelo Meritíssimo Juiz de Direito da comarca e desde o dia 05 do mês de agosto próximo passado o mesmo se encontra em poder do Oficial de Justiça podendo ser cumprido a qualquer momento, inclusive com uso da força policial. Caso tal medida venha a se concretizar, todos nós, trabalhadores rurais, humildes lavradores, que outra coisa não queremos senão um pedaço de terra que garanta nossa subsistência, seremos despojados de nossos bens e jogados nas ruas das cidades, aumentando ainda mais o número de bóias-frias provocado pela evasão rural.²⁶

A Fetaeg também estava a par da situação da fazenda Maria Alves. Em ofício de setembro de 1980, os trabalhadores, através do STRI, mostram a situação pelas quais as famílias estavam passando, enfrentando a luta pela terra. Nestes

²⁴ *Diário da Manhã*, do dia 30 de agosto de 1980, p. 4.

²⁵ Ofício do STR endereçado à Contag, do dia 02 de setembro de 1980.

²⁶ Documento enviado ao Presidente da República, João Batista de Oliveira Figueiredo, datado do dia 26 de setembro de 1980.

documentos são evidenciados fatos que mostram as dificuldades enfrentadas pelas famílias dos trabalhadores rurais. Mostra como havia um clima de medo, em consequência do “delegado de polícia desta cidade, alegando que o destacamento policial de Itapuranga é insuficiente, pediu reforço policial à Delegacia Regional de Goiás”.²⁷ Esta tensão se deve ao fato de que neste momento havia um mandado de imissão de posse pronto para ser cumprido pelo Oficial de Justiça.

Tentavam com isso, conseguir apoio para a luta e retirar o estigma de que estes trabalhadores eram ladrões. Mostrando que não estavam roubando, mas requerendo aquilo que lhes pertenciam por direito, pois fizeram esta terra produzir.

Diante dessas várias denúncias, se os posseiros resolveram levar até a cidade o problema da terra na fazenda Maria Alves foi com o propósito de denunciar e colocar a opinião pública a par dos problemas enfrentados pela 32 famílias de trabalhadores rurais.

Organizou-se uma passeata no dia 28 de agosto de 1980, que serviria para denunciar as arbitrariedades do fazendeiro, bem como, mostrar a real situação das famílias de trabalhadores rurais que viviam e trabalhavam a terra a mais de 30 anos.

A passeata foi marcada pela participação de todas as famílias dos trabalhadores rurais da Fazenda Maria Alves e das pessoas que estavam apoiando o movimento de luta. A cidade de Itapuranga até aquele momento, não tinha presenciado uma marcha pela terra. As ruas foram tomadas pelos trabalhadores que vieram com suas enxadas, cutelos, faixas e cartazes. Tudo com a intenção de sensibilizar as autoridades locais e estaduais para o problema sofrido pelas famílias de trabalhadores da fazenda Maria Alves.

Esta mobilização na cidade chamou a atenção da comunidade local e estadual para os problemas dos posseiros do “Córrego da Onça”. A passeata foi marcada pela presença

²⁷ Ofício nº 58, datado de 18 de setembro de 1980, enviado ao Presidente da Fetaeg Antônio Ferreira Bueno.

de d. Tomás Balduino, bispo da Diocese de Goiás, Linio de Paiva, deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores, representantes da Fetag, José Rodrigues de Souza e José Teixeira, representante da oposição sindical dos trabalhadores rurais do Estado.

A passeata teve a participação de trabalhadores e representantes de outras cidades. Estiveram participando do ato “lavradores de Fazenda Nova, Novo Brasil, Itaberaí, Jussara, Santa Fé, Itapirapuã e Goiás Velho”.²⁸ Enfim, estiveram participando da passeata todas as pessoas envolvidas na caminhada de luta pela terra na fazenda Maria Alves.

Os trabalhadores rurais saíram em passeata pelas ruas de Itapuranga, mostrando em mensagens as dificuldades enfrentadas pelas famílias. Assim,

Os trabalhadores andaram cerca de uma hora, empunhando faixas e cartazes, com os dizeres “*A terra é de quem trabalha nela*”; “*Queremos terra para trabalhar e viver*”; “*Nós exigimos nossas terras, é nosso direito*”; “*Não aceitamos ser despejados*”; “*Pedimos apoio do povo*” (grifos do jornal).²⁹

O movimento contou com a participação de 500 pessoas. Na passeata ouviam-se gritos de palavras de ordem “abaixo os grileiros”; “justiça na terra que não tem”; “chega de exploração”; “abaixo os grileiros”; “os posseiros unidos jamais serão vencidos”.³⁰ Mostra-nos que a ação dos trabalhadores fortaleceu com ajuda dos mediadores, pois estas estratégias passam a surtir o efeito desejado, atraindo para o local os jornais de circulação estadual, procurando noticiar o acontecido.

A importância da passeata se traduz no pronunciamento de um metalúrgico que veio de São Paulo para participar da passeata, afirmando que *nós operários e camponeses temos que desenvolver um trabalho conjunto, pois só assim vamos poder deixar algum benefício para nossos filhos*.³¹ A participação deste metalúrgico mostra como a

²⁸ *Diário da Manhã*, do dia 30 de agosto de 1980.

²⁹ *Idem*.

³⁰ *Idem*.

³¹ *Idem*.

passseata foi bem arquitetada no sentido de dar maior legitimidade ao movimento, envolvendo pessoas de todos os segmentos organizados não só do Estado, mas de outras regiões do país, principalmente de São Paulo.

Em meio à euforia dos bons resultados da passeata do dia 28, boatos de despejo passam a ecoar. Esta fala torna-se uma constante a partir do momento em que o Juiz de Direito de Itapuranga, emite o documento de reintegração de posse em favor do fazendeiro. Chegando o Oficial de Justiça ter este mandado em seu poder, podendo executa-lo a qualquer momento.

O Diário da Manhã noticiou tal fato, afirmando que, chegou-se a requisitar um contingente policial à Delegacia Regional da cidade de Goiás.s seriam enviados 45 policiais para dar cobertura aos oficiais de justiça, o que deveria ocorrer na madrugada da última quinta-feira, dia 2.³²

No dia 30 de setembro de 1980, os trabalhadores rurais da fazenda Maria Alves se vêem em meio ao medo e tensão. Isto devido aos fortes rumores de que a Polícia Militar estava pronta para agir e retirar as famílias da terra. Porém, só não o fizera ainda, porque as tropas de Itapuranga eram ínfimas, estavam, contudo, esperando o reforço policial requisitado para que o fato acontecesse.

Para resolver o problema o governo do estado comprou a terra de Fiote Caiado de forma superfaturada, pagando “22 milhões de cruzeiros sob a legação de que a intervenção do Estado se deu para resolver um problema social”.³³ Com essas evidências percebe-se que o Estado não estava resolvendo os problemas dos trabalhadores, mas ajudando o fazendeiro a tornar a sua terra em um bom negócio.

Na reunião no Fórum de Itapuranga, todas as 32 famílias se fizeram presentes. Explicitando caso a caso a situação de cada uma. Em fim, nesta reunião ficou garantido que

na próxima segunda-feira, o Instituto de Desenvolvimento

³² *Diário da Manhã*, do dia 5 de outubro de 1980.

³³ *O Popular*, do dia 04 de novembro de 1980, p. 8.

³⁴ *Diário da Manhã*, do dia 03 de outubro de 1980.

Agrário – Idago – irá enviar alguns topógrafos al local, para medir as propriedades. Paralelamente, o governador enviará à Assembléia Legislativa uma mensagem solicitando autorização para adquirir as terras de Fiote Caiado e que, aprovada será sancionada imediatamente³⁴.

Em entrevista ao Diário da Manhã, João Benfica já enfatizava sobre a manobra do estado,

Em princípios do mês de setembro, com a ajuda da Fetaeg e o total apoio da Contag, foi, por nós, encaminhado um pedido de desapropriação, da área por interesse social, isto na área federal. Aí, antes que o pessoal do Incra tomasse as providências necessárias, o governador Ary Valadão declarou publicamente que o imóvel demandado seria desapropriado e entregue aos posseiros.³⁵

Veja-se que o governo estadual já estava ciente e pronto para agir diante da conjuntura que o problema fosse se agravando. Razão pela qual, o governo do estado procura negar a luta dos trabalhadores, mostrando que o governador era quem estava dando aquelas terras, para que se evitasse algum confronto entre os posseiros e a força policial.

Evidente que o Estado estava tirando proveito da situação, pois satisfazia os desejos do fazendeiro e apropriava-se dos sonhos dos trabalhadores em adquirir a terra. Razão pela qual, os interlocutores oficiais tiraram proveito político-partidário nas eleições seguintes, pois Brasílio Caiado elegeu-se Deputado Federal tendo na região, a maioria dos votos.

Porém, a terra foi distribuída aos posseiros do Córrego da Onça. A euforia da conquista foi festejada pelos trabalhadores rurais da Fazenda Maria Alves. O medo dos primeiros momentos da luta se converteram em alegria. Ao noticiarem que a terra era dos posseiros e o festejo se processou. O Diário da Manhã registrou o acontecido da seguinte forma,

A alegria era geral. Todos rumaram para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para se inteirarem dos detalhes... e lá os posseiros entoaram um canto de Dom Pedro Casaldáliga: “Somos povo, somos gente/somos o povo de

³⁵ *Diário da Manhã*, do dia 24 de outubro de 1980.

³⁶ *Diário da Manhã*, do dia 03 de outubro de 1980.

Deus/Queremos terra na terra/ já temos terra no céu/
Retirando, chega o dia de assentar o pé no chão/com fé
nova/gente teimosa/e na força da união/lavradores, vida
nova/gente unida em mutirão/gente unida a toda prova/de
uma fé no coração”³⁶.

O espocar dos rojões entre a população em festa anunciava que algo muito importante estava sendo comemorado ontem à tarde, na pacata Itapuranga. E motivos havia de sobra: há mais de 28 anos uma ação possessória envolvendo a Fazenda Maria Alves, composta de 167 alqueires de terras no valorizado local denominado Córrego da Onça, (...) o governo deu ganho de causa a eles.³⁷

³⁷ Idem.

Referências

- ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- AMADO, Janaina. *O Grande Mentiroso: Tradição, Veracidade e Imaginação em História Oral*. In: Revista História. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.
- AMBROVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 2ª. ed., 1998.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1989.
- AUED, Bernadete Wrublevski. *A vitória dos vencidos (Partido Comunista Brasileiro PCB e as Ligas Camponesas 1955-64)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.
- BENJAMI, W. Sobre o conceito de história. In.: *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BORGES, Barsanufio Gomides. *O despertar dos dormentes*. Goiânia: Cegraf, 1990.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora UFG, 1997.
- CAMPOS, Itamy. *O coronelismo em Goiás*. Goiânia: UFG, 1987.
- CÂNDIDO Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.
- CARNEIRO, Maria E. Fernandes. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Coleção Teses Universitárias. Goiânia: editora UFG, 1988.
- CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Ao Leitor Benevolente*. In.: *Ideologia e mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. CEDEC, 1978.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. Série fundamentos. São Paulo: Ática, 1995.
- COELHO, Marilene Aparecida. *O processo de organização do movimento popular de saúde no Vale do São Patrício, 1974-1992*. Goiânia: UFG (Dissertação de mestrado).
- DE DECCA, Edgar. *O silêncio dos Vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- DUARTE, Élio Garcia. *Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás*. São Paulo: USP, 1998, (Tese de Doutorado).
- DUARTE, Lyz Elizabet Amorim Melo. *A participação da Igreja Católica na questão agrária no Brasil*. In. Ciências Humanas em Revista. V.2, ½ - jan/dez, 1991.
- FALCÃO, Valmir. *Previdência do trabalhador rural*. s/ editora, s/ data.
- FENELON, Déa Ribeiro. *Cultura, e História Social: Historiografia e pesquisa*. In: Revista Projeto História. 10, EDUC, São Paulo, 1993.
- FENELON, Déa Ribeiro. *O historiador e a cultura popular: história de Classe ou história do povo?* In: História e Perspectiva: Revista do curso de História da UFU. n°. 6, jan/jun, 1992.

- FENELON, Déa Ribeiro. *O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?* In: Revista História & Perspectivas, UFU, jan/jun, 1992.
- FENELON, Déa Ribeiro. *Trabalho, Cultura e História Social: perspectivas de investigação.* In: Revista Projeto História, 4, EDUC, São Paulo, 1985.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina(Coord.). *Usos e Abusos da História Oral.* Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986.* São Paulo: Hucitec, 1996.
- LAMARCHE, Hugues. *A Agricultura Familiar.* 2ª. Edição, Campinas: editora Unicamp, 1997.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias.* São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LUNARDI, Vera Lucia. *As organizações dos trabalhadores rurais (sindicato, associação, cooperativas) e a agricultura familiar – uma reflexão sobre Goiás.* Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (dissertação de mestrado), 1999.
- MARTINS, José de Souza. *A Reforma Agrária e os limites da democracia na “Nova República”.* São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo.* 3ª ed., São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.* 4ª edição. São Paulo: Vozes.
- MENDONÇA, Sonia Regina. *O ruralismo brasileiro – 1888-1931.* São Paulo: Hucitec, 1997.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisita.* São Paulo: Contexto, 1992.
- NOVAES, Regina Reyes. *Continuidade e rupturas no sindicalismo rural.* In. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80.* São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 178.
- PESSOA, Jadir de Moraes. *A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel.* Campinas: Editora Alinea, 1999.
- PESSOA, Jadir de Moraes. *A revanche camponesa.* Goiânia: Editora UFG, 1999.
- PETRINI, João Carlos. *CEBs: um novo sujeito popular.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil.* São Paulo: Editora UNICAMP, 1999.
- RODRIGUES, Leôncio M. *Sindicalismo e classe operária.* In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira.* Tomo 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens entraram em Cena: experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Valtuir Moreira da Silva

- SCHORSKE, Carl. E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. São Paulo: editora da UNICAMP, 1996.
- SOUZA, João Carlos. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: Educ, 1995.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa. A árvore da liberdade. I*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção Oficinas da História, 1987.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOTA, Antônio Pedro. *Contestado: a guerra do novo mundo. Tudo é História*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª. ed., 1978.
- VIEIRA, Maria P. Araújo; PEIXOTO, Maria do R. Cunha; KHOURY, Yara Maria A. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade - na história e na literatura*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

Jornais

- DIÁRIO DA MANHÃ, 15 de outubro de 1982.
- DIÁRIO DA MANHÃ, 16 de junho de 1983.
- DIÁRIO DA MANHÃ, 17 agosto de 1980.
- DIÁRIO DA MANHÃ, 22 de junho 1983.
- DIÁRIO DA MANHÃ, 24 de outubro de 1980.
- DIÁRIO DA MANHÃ, 3 de outubro d 1980.
- DIÁRIO DA MANHÃ, 30 agosto de 1980.
- DIÁRIO DA MANHÃ, 30 de junho de 1980.
- DIÁRIO DA MANHÃ, 30 de março de 1980.
- DIÁRIO DA MANHÃ, 31 de agosto de 1980.
- DIÁRIO DA MANHÃ, 4 de novembro de 1980.
- DIÁRIO DA MANHÃ, 5 outubro de 1980.
- JORNAL OPÇÃO, 17 de agosto de 1980.
- JORNAL OPÇÃO, 9 de outubro de 1980.
- JORNAL OPÇÃO, s/ d.
- O POPULAR, 11 de abril de 1981.
- O POPULAR, 16 de junho de 1982.
- O POPULAR, 19 de agosto de 1986.
- O POPULAR, 24 de agosto de 1986.
- O POPULAR, 25 de junho 1986.
- O POPULAR, 29 de outubro de 1987.
- O POPULAR, 8 de outubro de 1986.
- O POPULAR, outubro de 1987.

Periódicos

BOLETIM DIOCESANO, setembro de 1981.
BOLETIM DIOCESANO, agosto de 1980.
BOLETIM DIOCESANO, dezembro de 1979.
BOLETIM DIOCESANO, dezembro de 1979.
BOLETIM DIOCESANO, dezembro de 1980.
BOLETIM DIOCESANO, maio de 1980.
BOLETIM DIOCESANO, outubro de 1979.
CAMINHADA, setembro de 1982.
CAMINHADA, BOLETIM DIOCESANO, 23 de maio de 1989.
CAMINHADA, BOLETIM DIOCESANO, jan/fev de 1989.
CAMINHADA, BOLETIM DIOCESANO, junho de 1987.
CAMINHADA, BOLETIM DIOCESANO, julho/agosto de 1987.
CAMINHADA, maio de 1989.
CAMINHADA, mar/abr. de 1984.
O LAVRADOR, BOLETIM DA OPOSIÇÃO SINDICAL DO STRI, março de 1980.
O LIBERTADOR, BOLETIM DO STRI, setembro de 1979.
O LIBERTADOR, BOLETIM DO STRI, dezembro de 1980/ janeiro de 1981.
O LIBERTADOR, BOLETIM DO STRI, maio de 1980.
O LIBERTADOR, INFORMATIVO DO STRI, 5 outubro de 1980.
O XIXÁ, boletim informativo da APSI.

Fontes orais

Entrevistados

José Augusto Caixeta – entrevista realizada em sua propriedade familiar, na região da Campininha. Participou de várias lutas em prol dos trabalhadores rurais, hoje, preside a Cooperativa Mista dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga.

João Justino – migrante mineiro que veio com o sonho de conseguir um pedaço de terra. Tem uma mini propriedade na fazenda Goiabal. Foi membro do Stri e hoje, pertence a Associação dos mini e pequenos produtores da região de Ana Félix e Campinas.

Dona Maria Lopes – Esposa de José Lopes, filho de Manuel Lopes. Vive na região com pequena produção; os filhos deste casal estão quase todos morando na cidade de Itapuranga ou Goiânia.

Dona Santana – irmã de dona Preta. Participou das mobilizações em prol da permanência destes na Fazenda Córrego da Onça.

Dona Preta – filha de Manuel Lopes. O seu pai era um dos mais antigos posseiros da fazenda Córrego da Onça. Hoje vive em uma pequena propriedade herdado do pai, juntamente com sua irmã Maria.

Perpétua Maria – foi agente de pastoral, ajudou na mobilização da fazenda Maria Alves e na organização por um centro de saúde popular. Professora aposentada, continua atuando nos trabalhos pastorais da Igreja Católica como membro da Pastoral da Saúde.

Maria Pereira dos Santos – foi presidente do Stri por dois mandatos. Elegeu-se vereadora em 1996 pelo Partido dos Trabalhadores. Presidiu a primeira Associação de Mulheres trabalhadoras rurais da região. Preside hoje, o Conselho de desenvolvimento rural – Pronaf.

Dona Zilda – atuou em vários movimentos dos trabalhadores rurais, principalmente na região da Guaraita. Hoje é tesoureira do Stri. Participou da pastoral da saúde e dos movimentos de luta pela Associação Popular de Saúde.

João Venâncio – veio para Goiás com o sonho de ter a terra. Vive ainda hoje na propriedade que foi litígio com o sr. Fiote Caiado. Era um dos principais líderes dos trabalhadores no momento da luta.

Dorvalino José – um dos principais articuladores da mobilização dos trabalhadores rurais em Itapuranga. Presidiu o Stri por dois mandatos. Evangélico, hoje vive em sua propriedade no assentamento Mosquito, no município da Cidade de Goiás. Preside a Cooperativa dos Assentados desta região.

Antonio Tavares – advogado formado em Anápolis. Passou a atuar na luta dos trabalhadores rurais depois que retornou para Itapuranga. Militante do PT, foi advogado do Stri. Hoje é professor na UEG-Itapuranga e presidente da regional da OAB local.

João Benfica – foi presidente do Stri de Itapuranga na época da oposição sindical. Passando a atuar mais do lado dos trabalhadores. Hoje é comerciante em Itapuranga e vereador eleito em 2000.

Pedro Geremias – trabalhador rural que participou da luta na fazenda Córrego da Onça. Hoje, aposentado, vive em Itapuranga. Depois de dois anos da conquista da terra, vendeu seu direito devido a desentendimentos familiares e veio para a cidade.

Dona Geraldina – cunhada de Cândido de Barros, mora ainda nas terras que foram posses adquiridas com a resistência dos homens e das mulheres da fazenda Córrego da Onça.

**Posseiros do Córrego da Onça: luta e resistência
em Itapuranga – 1970-80**

Valtuir Moreira da Silva

Resumo: Estudo da organização e luta dos trabalhadores rurais a partir de suas experiências. Cotidiano de luta este, que passa a ser reconstruído em Goiás a partir da expansão capitalista no campo, culminando com um processo de exclusão social no campo. Nestas considerações estão coladas os debates sobre a frente de expansão e frente pioneira. Consolida-se nas lutas pela terra, pelos direitos trabalhistas, por saúde, por melhoria de vida dos homens e mulheres que vivem no campo. Estudo de caso das resistências e lutas dos trabalhadores rurais de Itapuranga – 1970-80.

Palavras-Chave: História, Memória, Resistência e Camponeses

Abstract: The study of the organization of the rural workers' fight starting from their experiences. This daily fight which has happened in Goiás since the capitalist rural expansion, culminating with a process of rural social exclusion. In these considerations they are agglutinated around the debates on the expansion front and pioneering front. Consolidated in the fights for land, for labor laws, for health, for improvement of human life living in rural parts of the country. The case study of the resistances and the rural workers' of Itapuranga fights - 1970-80.

Key Words: History, Memory, Resistance and Farmers

Artigo recebido para análise em 12/04/2004

Artigo aprovado para a publicação em 20/11/2005